



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0737/15	DATA: 28/05/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h13min	TÉRMINO: 10h53min	PÁGINAS: 18
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Apreciação de itens constantes da pauta.			
OBSERVAÇÕES			
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive com a criação de artificial direcionamento de demanda e captura do serviço médico com interesses privados — CPI da Máfia das Órteses e Próteses no Brasil.

Ata. Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópia da Ata da 18ª reunião realizada em 27 de maio de 2015.

Indago se há necessidade de leitura. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Wellington Roberto.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, submeto à votação a respectiva ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Não há expediente.

Ordem do Dia.

Deliberação de requerimentos. Informo que foram pautados todos os requerimentos apresentados até ontem, dia 27 de maio.

Antes de entrarmos no Item nº 1, do Requerimento nº 116, eu gostaria de comunicar aos Srs. Parlamentares componentes desta Comissão que faremos um acordo entre todos os membros da Comissão.

Desde o início, dizemos que um dos produtos que serão elaborados, fruto do trabalho desta Comissão, vai ser uma legislação relativa à seara criminal, bem como um marco regulatório, ou seja, um marco legal referente à saúde, no tocante a órteses e próteses e materiais especiais.

Nós gostaríamos de mais iniciativas de alguns Parlamentares. Ninguém pode subtrair essas iniciativas de Parlamentares e fazer junto às assessorias da Casa alguns projetos relacionados a órteses e próteses e materiais especiais. Mas nós gostaríamos de fazer um acordo no sentido de que todos os processos relacionados



à legislação criminal e ao marco regulatório pudessem sair com a chancela de todos os Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito; que não fosse iniciativa isolada de um ou de outro Parlamentar, mas que o trabalho fosse assinado por todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. É esse o acordo que nós gostaríamos de selar e que nós havíamos desde o início apontado para essa construção. O.k., Srs. Deputados?

Então, entendendo mais uma vez que está acordada essa iniciativa, vamos passar ao primeiro item.

O Deputado Fábio Mitidieri não se encontra. S.Exa. requer seja convocado o Sr. Carlos Holtz, Diretor Administrativo e Financeiro do Hospital Agnus Dei, em face da CPI da Máfia de Órteses e Próteses.

Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Concedo a palavra ao Deputado André Fufuca para encaminhar. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, até por precaução e responsabilidade, nós temos aqui algumas empresas e alguns hospitais que nunca foram citados. Nós não sabemos de onde são muito menos o motivo de esses hospitais serem convocados à Casa. O Deputado Fábio, brilhante Deputado Federal, não está aqui presente para defender o seu requerimento.

Eu solicitaria cautela, até para não convocarmos pessoas e empresas sem motivação ou objetivo, apenas pelo fato de convocar. Na semana passada, eram empresas de Campina Grande e de Salvador. Agora, estamos vendo empresas de outros lugares. Então, por precaução e responsabilidade, eu peço cautela. No caso de o autor do requerimento estar presente, poderia nos auxiliar, até porque ninguém o subscreveu.

Aqui fica a minha solicitação aos Deputados e a V.Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O Deputado Fábio Mitidieri não se encontra presente. Então, como o Relator, Deputado André Fufuca, está direcionando questionamento sobre requerimentos elaborados pelo Deputado



Fábio Mitidieri, esta Presidência suspende, neste momento, e posterga a análise dos presentes requerimentos e a votação dos mesmos, retirando-os de pauta.

Vamos para o item 5, porque o item 2, Requerimento nº 117; item 3, Requerimento nº 118; item 4, Requerimento nº 119...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - O Deputado já chegou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O Deputado está presente.

Deputado Fábio Mitidieri, há um questionamento do Relator, Deputado André Fufuca, acerca do item 1, referente ao Requerimento nº 116.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Pois não. Qual a dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Vou passar a palavra ao Deputado André Fufuca, para fazer o questionamento, e V.Exa. poderá modificar.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Pois não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Deputado Fábio, aqui eu fiz um questionamento. Nós não temos, pela ausência do autor, o objetivo dessas convocações. Até pelo motivo de responsabilidade e prudência, nós estamos nos canalizando em relação ao objeto, até porque há vários requerimentos de locais totalmente diferentes que nunca foram citados. De maneira nenhuma, nem as instituições, nem essas pessoas foram citadas aqui.

Então, como não V.Exa. não estava presente, eu pedi que o postergássemos, para que pudesse justificar o devido requerimento.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Posso justificar agora ou não?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Claro!

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Deputado, foi importante falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria que V.Exa. pudesse já falar sobre os Requerimentos nºs 116, 117, 118 e 119, todos eles de sua autoria.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Pronto!

Os Requerimentos nºs 116 e 117 tratam do Hospital Agnus Dei, na Bahia. Solicitamos as notas fiscais de importação, de compra, de venda, o mesmo padrão que vem sendo adotado em relação a outros hospitais e a outros fornecedores. Estamos nos atendo muito à matéria do *Fantástico*, quando os problemas ditos por



outros palestrantes que aqui estiveram se estendem muito mais por todo o Brasil. Na Bahia, especificamente, as denúncias que temos são evidentes. Dessa empresa, nos chega a informação, tem uma prática também não muito apropriada. Queremos esclarecer, com esses requerimentos, todas as informações de compra e venda — quanto custa, por quanto está vendido —, para que possamos identificar.

É fato notório que a Bahia tem os piores índices de superfaturamento do Brasil, dito aqui pela ABRAMGE e pela Agência Nacional de Saúde. Então, vamos nesse caminho. Por isso apresento esses dois requerimentos.

Nos Requerimentos nºs 118 e 119, nós estamos solicitando ao Tribunal de Justiça da Bahia e ao Tribunal de Justiça de Sergipe uma relação das liminares que foram concedidas, para identificar, com isso, um padrão. Como há um número excessivo de liminares no Estado de Sergipe e no Estado da Bahia, queremos identificar, com esses dois requerimentos, esse tipo de padrão.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k.

Em discussão.

O Deputado Carlos Bacelar gostaria de falar sobre os requerimentos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Geraldo Resende, Sr. Relator, Deputado André Fufuca, Sras. e Srs. Deputados, vimos aqui ontem nesta CPI uma das cenas mais tristes da história do Congresso Nacional, quando o depoente aqui presente, o Sr. Fernando Sanchis, médico ortopedista, cirurgião de coluna vertebral, veio até aqui e ficou em silêncio. Pedi a V.Exa. que utilizasse aqui o mecanismo da CPI, que tem sido utilizado no Congresso Nacional, mas, infelizmente, não foi possível. V.Exa. não permitiu aqui que utilizássemos os métodos que têm sido utilizados em outros casos na CPI.

Eu queria dizer a V.Exa., Sr. Presidente, que estou entrando com um requerimento hoje, pedindo acareação do Sr. Fernando Sanchis, da advogada, que não veio também ontem nesta CPI, que participa desse processo mais triste na saúde brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado João Bacelar, nós estamos discutindo neste momento... V.Exa. pediu a palavra para discutir sobre



os dois requerimentos do Deputado Fábio Mitidieri. Eu peço a V.Exa. que se atenha ao Requerimento nº...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu estou relatando o meu requerimento que dei entrada, pedi extrapauta aqui, de grande importância nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Se for extrapauta, V.Exa. terá que ter oito assinaturas e apresentá-lo aqui à Mesa, e nós vamos ter que votar a seu tempo. Caso nós o façamos agora — e há possibilidade —, V.Exa., que é um Deputado antigo na Casa, sabe muito bem que podemos fazê-lo ao término desta sessão.

Então, eu gostaria que V.Exa. discutisse os requerimentos do Deputado Fábio Mitidieri.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Tudo bem, mas depois eu queria discutir este requerimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Depois, V.Exa., com os autógrafos de oito Srs. Deputados, pode apresentar o seu requerimento.

Em votação o item 1. Requerimento nº 116, do Deputado Fábio Mitidieri.

Os favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.
(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 117, do Deputado Fábio Mitidieri, que solicita informações para o Hospital Agnus Dei, localizado na cidade de Catu, Bahia, e que forneça à CPI da Máfia das Órteses e Próteses todas as notas fiscais de importação, compra e vendas de todas as OPMEs — Órteses, Próteses e Materiais Especiais dos anos de 2010 a 2015.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3. Requerimento nº 118, do Deputado Fábio Mitidieri, que requer seja requisitado ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia o envio a esta CPI da relação de pedidos liminares concedidos ou não pelo órgão, envolvendo a colocação de



órteses e próteses, indicando o número dos processos, o nome das partes, dos respectivos patronos e dos magistrados atuantes.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 118, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item nº 4. Requerimento nº 119, de 2015, do Deputado Fábio Mitidieri, que requer seja requisitado ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe o envio a esta CPI da relação de pedidos liminares concedidos ou não pelo órgão, envolvendo a colocação de órteses e próteses, indicando o número dos processos, o nome das partes, dos respectivos patronos e dos magistrados atuantes.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 119, de 2015, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 5. Requerimento nº 120, de 2015, do Deputado Odorico Monteiro, que requer documento ao Sr. Orlandir Paula Cardoso, representante da Síntese Comércio Hospitalar Ltda., para ajudar no bom andamento desta CPI.

O Deputado teve que se ausentar, porque está aqui na Comissão de Seguridade Social e Família. O Deputado Relator o subscreve.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 120, de 2015, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 6. Requerimento nº 121, de 2015, do Deputado André Fufuca, que requer seja convocado o Srs. Fernando Strehl e Felipe Strehl, administradores da empresa Strehl, citados na reportagem que deu origem à criação desta CPI.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 121, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Item 7. Requerimento nº 122, de 2015, do Deputado Dr. João, que requer a realização de oitiva na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de pessoas vítimas de profissionais de saúde que estariam sofrendo ameaças de investigação por esta CPI.

Deputado Dr. João, eu gostaria de acrescentar demais membros do Poder Judiciário, porque se ficarmos restritos somente às vítimas e aos profissionais de saúde, nós poderemos ter que, no Rio Grande do Sul, ouvir algum advogado ou alguma pessoa do Poder Judiciário. Assim, otimizamos a nossa ida ao Rio Grande do Sul. Vamos votar todos os profissionais que possam estar envolvidos no objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sem problema, Sr. Presidente. Se o senhor pudesse até marcar a data...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não, esta Presidência, depois, vai sentar, marcar a data, porque nós estamos aqui com as duas próximas semanas já com várias oitivas, inclusive por solicitação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Porque aí eu entro em contato telefônico com essas pessoas — tenho o telefone de todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Na próxima terça-feira, faremos a reunião e definiremos a data da ida a Porto Alegre.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Na próxima terça-feira, às 9h30min, na Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Em votação o requerimento com o adendo formulado por esta Presidência.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 122, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8. Requerimento nº 123, de 2015, do Deputado Aureo, que requer se solicite à Presidência da CPI das Próteses, no Senado Federal, toda a documentação e relatórios provenientes da quebra de sigilo bancário, fiscal e os dados telemáticos e telefônicos do Sr. Fernando Gritsch, médico ortopedista e



cirurgião da coluna vertebral, em razão da suspeita de participação no esquema de demanda e captura de serviços médicos por interesses privados.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 123, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 9. Requerimento nº 124, de 2015, do Deputado Walney Rocha, que requer a convocação do Diretor, Presidente ou responsável pela empresa Prohospital, bem como o Diretor Financeiro da Intelimed, Dr. Luiz Souza Fidelix, subscrito pelos Deputados André Fufuca e Dr. João.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 124, de 2015, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 10. Requerimento nº 125, de 2015, do Deputado Walney Rocha, que solicita notas fiscais de todas as vendas de órteses, próteses e materiais especiais, feitas entre a Intelimed e Prohospital, para o Dr. Fernando Gritsch Sanchis, nos últimos 3 anos, subscritos pelo Deputado Dr. João e pelo Deputado André Fufuca.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 125, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 11. Requerimento nº 126, de 2015, do Deputado Walney Rocha, que requer a quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico, telemático e de correio eletrônico do Diretor Presidente ou responsável pelo Prohospital, também subscrito pelos Deputados Dr. João e André Fufuca.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 126, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12. Requerimento nº 127, do Deputado Walney Rocha, que requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, telemático e de correio eletrônico do



Diretor Financeiro da Intelimed, Dr. Luiz Souza Fidelix, subscrito pelos Deputados André Fufuca e Dr. João.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 127, de 2015, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Pois não, Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, eu não o fiz hoje, porque não tive tempo — ontem eu tive algumas obrigações e não pude resolver esse problemas —, mas, na próxima semana, apresentarei um requerimento solicitando a presença não do superintendente, que nada esclareceu sobre as minhas denúncias e as denúncias que estão na imprensa e na televisão, mas do Diretor do Hospital da Posse, do Diretor do Hospital dos Servidores e do INTO. São hospitais que, ele mesmo falou, têm autonomia para fazer as suas licitações. Eu vou solicitar também o chefe do almoxarifado os respectivos hospitais, porque a máfia, o desvio de material foi feito dentro do depósito do almoxarifado do respectivo hospital. Ele explicou dizendo que esse processo estava em andamento na Justiça, que a Polícia Federal estava tomando as devidas providências.

Ou a Presidência ou esta Comissão solicita às autoridades competentes do Rio de Janeiro em que pé está esse processo — acho que seria uma forma de sabermos como o processo desses indivíduos que foram acusados está, — ou então eu vou fazer esse requerimento solicitando não o superintendente, mas os responsáveis diretos, que são os diretores e os chefes de almoxarifados.

Presidente, também: a convocação, o mais rápido possível, da firma Oscar Iskin, que escandalosamente participa desse esquema. Estamos protelando a convocação dessa firma, do responsável, que é o Sr. Miguel Iskin aqui na nossa CPI. Eu queria que o senhor, o mais rápido possível, marcasse a presença dele aqui na nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Mais uma vez eu reporto a V.Exa.: não existe protelação alguma desta Presidência. O que nós estamos



construindo é um leque de audiências que tenha a mesma similitude. Nós estamos marcando todas as empresas grandes para o dia 10 de junho. Então, para o dia 10 de junho está marcada audiência a BIOCAT, a INTELIMED, Oscar Iskin, Strehl e IOL. Não dá para convocar mais que cinco empresas. Então, está marcada para o dia 10.

Quanto à sua solicitação de ouvir o Hospital do Servidor e o Hospital do Bonsucesso, há um requerimento já aprovado. Nós vamos ver a pauta da próxima terça-feira, porque na quinta-feira é feriado, *Corpus Christi*, e vamos ter sessão só na próxima semana.

Nós estamos querendo inclusive, fruto de requerimento de V.Exa. também, convocar o Sr. João Maurício Gomes da Silva, ex-assessor técnico da Direção Regional dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, acerca daquele caso escandaloso daquela cirurgia de mais de 1 milhão de reais; a Sra. Nieli de Campos Severo, advogada do Rio Grande do Sul — ontem nós reportamos aqui que não chegou a tempo a correspondência e a intimação dela via Correios, então, estamos convocando-a para a próxima terça-feira; e o Diretor do Hospital Mãe de Deus. Podemos aqui colocar o Hospital Bonsucesso e o Hospital do Servidor. Para o Hospital da Posse, que V.Exa. colocou, não existe requerimento ainda. Da mesma forma o Hospital do INTO. Vamos deixar o INTO para depois. Vamos chamar ao Hospital Bonsucesso e o Hospital...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu queria aqui endossar as palavras do Deputado Dr. João e aproveitar também a oportunidade que estamos trazendo alguns hospitais para esta CPI. Eu queria aqui sugerir mais dois hospitais. Um é a Beneficência Portuguesa, hospital de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - V.Exa. pode sugerir vários hospitais, desde que faça os requerimentos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Nós estamos fazendo o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu quero que esse requerimento seja aprovado na próxima terça-feira. Eu estou aqui discutindo... Na próxima sessão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Podemos convocar a próxima sessão para deliberar requerimentos, mas as audiências já estão marcadas, conforme dito anteriormente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Na próxima sessão podemos discutir os requerimentos. Eu estou dando sugestões, vou apresentar os requerimentos, assim como fiz hoje aqui. Quero aqui endossar as palavras do Deputado Dr. João e dizer que nós vamos apresentar o requerimento para trazer mais dois hospitais. Um é o Hospital Beneficência Portuguesa, de São Paulo, que, tenho certeza absoluta, está nesse esquema da máfia branca, e o outro é o Hospital Copa D'Or, da rede Copa D'Or, do Rio de Janeiro, que, também, tenho certeza, Deputado Dr. João, está envolvido nesse esquema fraudulento, nesse esquema de grandes proporções para a saúde brasileira.

Então, são dois hospitais — e eu quero endossar as palavras do Deputado Dr. João — para serem discutidos os requerimentos na próxima audiência. Vou entrar com o requerimento hoje, Sr. Presidente, para convocar esses dois hospitais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Assim que V.Exa. der entrada aos requerimentos, certamente, na próxima sessão que marcarmos vamos votá-los.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Fábio Mitidieri.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Tenho duas preocupações relativamente ao que foi dito. V.Exa. disse que no dia 10 de junho ouviremos cinco grandes empresas. Talvez ouvir cinco grandes empresas no mesmo dia limite muito o tempo que teremos para ouvi-las.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Fábio Mitidieri, para ajudá-lo na intervenção, quero dizer o seguinte: algumas empresas podem avocar o direito de permanecer em silêncio. Por isso nós estamos convocando cinco. Pelo menos, se uma ou duas tiverem *habeas corpus* ou vierem aqui...

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - São atestados de culpa que o Judiciário emite.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - .Concedendo 20 minutos para cada uma, podemos fazer sessões bastante profícuas, bastante exitosas no sentido de termos mais materiais para podermos cumprir o nosso papel.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Sr. Presidente, faço à Comissão a sugestão de convidar representantes do Poder Judiciário, alguns juízes, se for o caso, para nos dizerem qual é o critério utilizado pelo Judiciário para conceder tantas liminares, uma vez que aqui se fala tanto da indústria de liminares. Seria bom ouvir dos juízes, daqueles que concedem as liminares, qual é o critério utilizado para concederem liminares a toda hora. Então, sugiro a esta Comissão que também ouçamos os representantes do Judiciário nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós ouvimos dois representantes do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, que nos deram belíssimas contribuições em sessões passadas. Se V.Exa. quiser indicar algum representante do Poder Judiciário de outro Estado, faça o requerimento que nós vamos apreciá-lo.

O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Farei. Vou fazer um levantamento dos Estados que com mais frequência concedem essas liminares para podermos entender quais são os critérios e até ajudar o Relator, Deputado André Fufuca, para, dentro do marco regulatório que sonhamos realizar, fixarmos também critérios para o Poder Judiciário, haja vista que hoje a concessão das liminares, nesse caso, se dá livremente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Fábio Mitidieri, não sei se V.Exa. não pôde estar presente, mas foram trazidas a esta Comissão belas contribuições por membros do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, inclusive sobre a indústria de liminares. Estamos, inclusive, fruto daquela audiência pública, convocando uma advogada do Rio Grande do Sul, a Sra. Nieli de Campos Severo, uma das que mais acessam o Poder Judiciário com pedido de liminar e, certamente, vai abrilhantar nossos trabalhos na próxima terça-feira.

Quanto à sugestão de V.Exa., nós também pedimos aos desembargadores... Há, no Rio Grande do Sul, uma iniciativa pioneira, que nós, inclusive, pretendemos expandir para todo o País, de criação de uma câmara técnica que subsidia o Poder Judiciário na definição de todos os processos de judicialização da saúde pública.



O SR. DEPUTADO FÁBIO MITIDIERI - Mas essa câmara está sendo implementada agora, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não, já tem experiência acumulada. É uma experiência pioneira no País.

Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira, que está estreando na Comissão e, certamente, nos dará contribuições bastante profícuas.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, Deputado Geraldo Resende; Sr. Relator, Deputado André Fufuca, Sr. Secretário, Tarciso Aparecido Higino de Carvalho, Srs. Deputados, é comum, nas Comissões Parlamentares de Inquérito, até pela nossa formação heterogênea, nós, muitas vezes no afã de tentar contribuir com a nossa participação, agirmos de maneira açodada e trazermos pessoas para serem ouvidas que não contribuem com o resultado do processo.

Então, o cuidado que se tem que ter — foi isso que nos pediu o nosso Líder — é o de participar de forma a aprofundar as investigações para que o resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito chegue aos seus objetivos e para que não sejam trazidos à Comissão convidados sem nenhuma acusação com profundidade, sem nenhum critério profundo, sem absolutamente nada, apenas por desconfiança ou como espaço de constrangimento.

Então, eu queria dizer que a nossa participação, embora na condição de suplente, vai ser desta forma: ninguém certamente será obrigado a estar aqui sob vara para fazer qualquer tipo de confissão ou sofrer constrangimento, a menos que haja notícia de cometimento de atos profundos com relação a isso, vez que estamos falando de um processo em que temos sobradas razões para trazer pessoas que certamente estão envolvidas, como, por exemplo, o Sr. Agnelo Queiroz. Por que não os trazemos a esta Comissão? Há 50 milhões de próteses rolando pelo lixo País afora. Vamos trazer essas pessoas. Não só as empresas corromperam. Quem pagou essa encrência toda? Quem foi lá e pagou? Há muitos agentes políticos envolvidos nisso. Não dá para trazer pessoas só de um lado, temos que trazer para cá quem era Governador de Estado ou Secretário Estadual que comprou essas porcarias com 50 anos de validade e agora está tudo vencendo para ser atirado no lixo. Eu acho que coisas como essas claramente estampadas nas páginas dos jornais é que indicam quem devemos trazer para ser ouvido aqui. Trazer o Zé, o



Mané e o Chico porque não sei quem acha que tem qualquer coisa com o problema, certamente, por escala de prioridade, é muito menor do que trazer uma pessoa que tinha fé pública e utilizou o dinheiro público dessa forma.

Então, a nossa participação é nesse sentido, sem querer ser diferente nem melhor do que ninguém. Queremos dar o máximo do nosso esforço para que a Comissão Parlamentar de Inquérito produza um inquérito capaz de incriminar quem é criminoso e não que sirva de palco para exibicionismo ou vindita política de quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Obrigado, Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Dr. João.

O SR. DEPUTADO DR. JOÃO - Sr. Presidente, na presença do Dr. Sanches, o residente que esteve aqui na semana retrasada disse que o Dr. Sanches usava o artifício de mandar os seus representantes, os seus residentes assinarem os requerimentos e, em alguns, ele até falsificava a assinatura.

O Deputado Walney Rocha pediu as notas fiscais das empresas que forneceram materiais diretamente ao Dr. Sanches.

Eu acredito que isso vai ser prejudicado porque a maioria desses materiais solicitados, vendidos, não tinha requerimento ou pedido do Dr. Sanches e, sim, dos seus residentes, e ele ainda falsificava a assinatura de muitos deles. Trata-se do Requerimento nº 125, de 2015.

Eu só quero fazer essa notificação porque, de repente, não vai chegar aqui a quantidade de documentos que esperamos que chegue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Esta Presidência informa que vários requerimentos verbais feitos nas oitivas de ontem e do dia anterior não chegaram aqui para serem votados. Como havíamos deliberado no dia de ontem, todos os requerimentos deverão ser feitos pelas assessorias das Sras. e dos Srs. Deputados. Nós vamos esperar até a próxima semana que os requerimentos solicitados pelas Sras. e Srs. Deputados sejam feitos pelas respectivas assessorias. Nós tomamos essa decisão para que eles possam ser protocolados e votados na próxima semana.



Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu estava aqui na reunião desta CPI ontem e tive que me ausentar para acompanhar os Prefeitos em audiências nos Ministérios e fiquei sabendo que, na oitiva do médico Fernando Sanches, o nobre Deputado João Carlos Bacelar solicitou a esta Presidência a prisão do depoente.

Eu queria saber qual foi a decisão da Presidência e respaldada em que a Presidência não efetuou a prisão, uma vez que o médico Fernando Sanches veio aqui obstruir os trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Responda primeiro a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Esta Presidência, ontem, respaldada na decisão emanada da assessoria jurídica da Comissão, entendeu que o dito cidadão veio aqui na condição de investigado. Logicamente, ele tem o direito constitucional de permanecer em silêncio, e o fez. Esta Presidência não podia exorbitar de suas competências. Em respeito ao regramento jurídico do País, nós não fizemos o que o Deputado...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, acho que ele não tinha respaldo da Justiça porque ele não tinha um *habeas corpus* preventivo que lhe assegurasse esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós lemos, ontem, Deputado Wellington Roberto, um acórdão do STF acerca de CPIs, do Ministro Joaquim Barbosa.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Esse acórdão do Ministro Joaquim Barbosa foi específico para um caso, não se estendendo a outras CPIs.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - E não é vinculante.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - V.Exa. tomou uma decisão errada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - V.Exa. pode se juntar ao Deputado João Carlos Bacelar...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Os demais que estavam aqui foram solidários ao...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - ...e aos outros Deputados para fazer uma interpelação ao Presidente da Casa para que...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Vamos fazer a interpelação a esta Presidência e à Presidência da Casa para que isso não aconteça em outras oitivas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - O.k. Será respondido imediatamente, Deputado Wellington Roberto.

Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, endossando as palavras do Deputado Wellington Roberto, eu acho que esta Comissão, ontem, deixou de dar uma lição ao Brasil. Quando eu pedi a prisão do Sr. Fernando aqui, ontem, estava respaldado por uma decisão do Ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal. E V.Exa. não acatou o nosso pedido de prisão de um bandido que veio aqui...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Obstruir os nossos trabalhos e mentir.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - ... obstruir e assaltar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Deputado João Carlos Bacelar, eu gostaria, com o devido respeito...

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu peço ao Relator que se retire da Mesa, porque assim o Deputado João Carlos Bacelar não vai conseguir... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria, com o devido respeito... Deputado, vamos tratar desse assunto com a seriedade que ele exige.



O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Ele fica olhando para as bochechas vermelhas do nobre Deputado Fufuca... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Eu gostaria de dizer que ontem nós fizemos menção não só ao julgamento proferido pelo STF, mas dissemos também que, até para preservar a boa imagem desta Comissão Parlamentar de Inquérito em todo o País, não podemos, de forma nenhuma, exorbitar nas nossas funções e nem colocar esta Comissão...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Não houve, Sr. Presidente, nenhuma exorbitância ontem.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Ele veio aqui obstruir os trabalhos, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Veio obstruir os trabalhos desta Comissão séria, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Tudo pode ser atestado pelas gravações, pela filmagem...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Nós tínhamos um acórdão do Ministro Teori Zavascki, Sr. Presidente, que corrobora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Nós não podemos violar preceitos constitucionais e a Comissão Parlamentar de Inquérito cair em descrédito e sermos acionados, inclusive, por exorbitar em nosso direito.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - A decisão do Ministro Joaquim Barbosa foi específica para uma CPI.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Ser acionados por um bandido, Sr. Presidente, que anda coagindo as testemunhas, um bandido que veio aqui assaltar os cofres públicos, um bandido que veio assaltar o SUS brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar a presente reunião.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Nós vamos estar vigilantes, Sr. Presidente, às próximas decisões de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Resende) - Antes, porém, convoco reunião para o dia 2 de junho, terça-feira, às 14 horas, em plenário a ser definido,



com a seguinte pauta: oitiva do Sr. João Maurício Gomes da Silva, ex-assessor técnico da Direção Regional dos Correios no Estado do Rio de Janeiro; convocação da Sra. Nieli de Campos Severo, advogada atuante no Rio Grande do Sul; convite ao Diretor do Hospital Mãe de Deus, do Rio Grande do Sul, ao Diretor do Hospital Bom Sucesso, do Rio de Janeiro, e ao Diretor do Hospital do Servidor, do Estado do Rio de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.